

À  
Impugnante,

**Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0499-25 - AQUISIÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRABALHO**

**Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido.**

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)<sup>1</sup>.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V. Sa, passamos a analisar vossas insurgências, que em suma, alegam que as exigências FIRST, CSIRT/CERT.br ou certificação ISO/IEC 27001, estabelecidas como condição técnica, revelam-se manifestamente restritivas e direcionados, haja vista que apenas três fabricantes no mercado nacional atendem cumulativamente a essas exigências.

Primeiro, é importante destacar que o framework da ITAIPU é uma estrutura crítica, sendo imprescindível que as exigências técnicas considerem essa particularidade de segurança.

Além disso, utilizou-se como referência para o estabelecimento destes critérios as regulamentações e legislações federais que estabelecem as melhores práticas e requisitos de segurança para entes federais como: (i) PROGRAMA DE PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PPSI); (ii) DECRETO Nº 10.222, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020 - Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética; (iii) DECRETO Nº 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação; entre outros.

<sup>1</sup>ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº1/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Por fim, aparenta um certo equívoco da Impugnante, ao deduzir a necessidade cumulativa destes 3 (três) requisitos, uma vez que o edital estabelece alternativamente uma dessas 3 (três) exigências, fato que amplia as possibilidades de participação e não restringe imotivadamente o mercado.

Diante do exposto, a ITAIPU resolve indeferir a impugnação ora apresentada.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente,

**Daniele Tassi Simioni Gemael**  
Superintendente de Compras

<sup>1</sup>ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº2/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/31F8-D360-7631-1997> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 31F8-D360-7631-1997



### Hash do Documento

C69B9BB64FE26C1B564F2929374EAA7978B467032A7A0D29D116E18E6580C2EA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/05/2025 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.\*\*\*.\*\*\*-04 em 09/05/2025

07:58 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital